

QUE ELITE É ESSA DE QUE TANTO SE FALA? – SOBRE O USO INDISCRIMINADO DO TERMO A PARTIR DE PERFIS DOS ALUNOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Wilson Mesquita de Almeida – USP

GT: Sociologia da Educação / n. 14

Agência Financiadora: FAPESP

O presente texto é parte de investigação em desenvolvimento sobre como se processa a utilização dos recursos de uma conceituada universidade brasileira por indivíduos com desvantagens socioeconômicas e educacionais. Está dividido em dois momentos articulados. Num primeiro, há uma reflexão sobre o termo elite no quadro das ciências humanas e seu uso na caracterização dos alunos que freqüentam as universidades públicas brasileiras. Num segundo, uma análise detalhada das pesquisas existentes sobre os perfis dos estudantes.

Uma afirmação que sempre vem à tona no debate sobre os alunos que freqüentam o ensino superior público no Brasil é dizer que tais estudantes constituem a elite econômica do país. Na imprensa em geral e também no espaço acadêmico¹, há uma grande difusão de tal idéia. Há, implicitamente, nesse tipo de proposta, dois problemas interligados cuja discussão é de fundamental importância: um primeiro é de cunho conceitual quando usamos o termo elite; o outro, como desdobramento do anterior, é a operacionalização para fins empíricos à luz dos perfis dos alunos das universidades públicas brasileiras. Como poderá ser depreendido ao longo do texto, acreditamos que a realidade é mais complexa e ela não permite que façamos proposições tão amplas como as que vêem o ensino superior público como “morada dos muitos ricos brasileiros”.

Seguem alguns trechos retirados de artigos de jornal sobre tal questão² - o último foi retirado de um *paper*

... mais de 70% dos alunos das universidades públicas provêm de famílias cujos membros estão entre os **20% mais ricos da população**. Como as universidades

¹ Exemplo emblemático e bem recente foi a palestra proferida por Cláudio de Moura Castro – que em inúmeros artigos divulga tal visão sobre o ensino superior público - em seminário promovido pelo NUPES/USP intitulada “Educação Técnica: a crônica de um casamento turbulento”. Segundo proposta do autor, há um “problema da invasão da elite nas escolas técnicas de boa qualidade”. Como pode ser percebido, surpreende-se que a elite agora está invadindo também outras esferas que não o seu *locus* por excelência. Para maiores detalhes sobre essa proposição consultar artigo do referido em SCHWARTZMAN, S. (2005).

² O intuito aqui é apresentar os argumentos básicos defendidos. Não se trata de levantamento exaustivo, pois tal debate é sempre recorrente na mídia impressa, alternando momentos acalorados e outros com quase esquecimento por parte dos jornais brasileiros de tal temática. Além disso, a estratégia argumentativa utilizada é a mesma.

públicas são financiadas por impostos pagos por toda a população, inclusive pelos pobres, no Brasil os pobres financiam a educação universitária dos ricos. (CAMARGO; FERMAN, 2004) [grifo meu]

... o ministro está certo e Ruth errada: **a Universidade pública é sim de elite** (...) O ensino público abriga a maior parte dos alunos brasileiros em todos os níveis, do pré-escolar ao ensino médio. A relação se inverte é no terceiro grau. O que derruba a tese da professora Ruth Cardoso de que ‘a universidade pública atende à classe média. A elite estuda é nas escolas de elite’ é o percentual de cada classe social no total dos alunos (...) 60 % dos alunos da Universidade Pública pertencem ao grupo dos **20% mais ricos** Com o quarto quinto, ou seja, o grupo que vem logo após os mais ricos, a conclusão é que **mais de 80% dos alunos pertencem à elite** (LEITÃO, 2003) [grifo meu]

... A Universidade pública gratuita brasileira é exemplo de como a desigualdade é construída e perpetuada. Praticamente, só têm acesso a ela os 40 % mais ricos da população. 80% das vagas são preenchidas pelos **20% mais ricos**. (INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE, 2001, p. 18) [grifo meu]

Uma leitura rápida de tais percentuais nos deixa a todos indignados com a transferência brutal de renda para privilégios dos “ricos”, da “elite” em detrimento da massa pobre brasileira³. O que é pertencer ao grupo dos 20% mais ricos da população? Noutros termos, e aqui é preciso “descer ao concreto” que às vezes passa despercebido pela cristalização dos grandes percentuais estatísticos; impõe-se perguntar e precisar: embora saibamos da extrema desigualdade de nosso país, qual o valor da renda desse percentual? O que é essa renda na realidade dos mais diferentes brasileiros – quanto é, onde, para que tipo de família, com qual custo de vida, com famílias que dispõem de casa própria e outras reservas de patrimônio ou não, para quem sustenta família, paga aluguel, não tem patrimônio, vive de salário, enfim, em quais condições essa renda está imersa?

Aventamos uma primeira hipótese para o uso indiscriminado do termo. Trata-se da mistura de conceitos oriundos de registros teóricos distintos sem o devido cuidado e rigor, confundindo-os como se fizessem parte de um mesmo instrumental. Há uma confusão entre conceitos desenvolvidos nas diversas abordagens de teoria de classes com outras perspectivas teóricas baseadas nos estudos de estratificação social e de teoria das elites. A teoria das elites nas ciências sociais⁴ geralmente está alocada, por

³ Interessante notar que uma simples consulta a qualquer pesquisa educacional vai apontar que o pobre que temos bem marcado no imaginário brasileiro, sem garantia dos direitos sociais básicos, passa bem ao longe do funil do ensino superior. Esse nem chega ao ensino médio no Brasil. Porém, é importante guardar aqui o vocabulário utilizado – pobre, rico – pois ele nos diz muito. Encontramos exemplo recente em artigo que defende a “universidade pública paga”. Atentemos para os níveis de renda utilizados para definição das categorias sociais: os 10% mais ricos ganham a partir de R\$ 571,00 mensais; a classe média entre R\$ 131,67 e R\$ 571,00 e, por fim, o pobre ganha menos que R\$ 131,67. (CORREIA, 2005, p. 61).

⁴ Para uma discussão histórica e revisão de estudos sobre a teoria das elites ver GRZYNSZPAN (1996).

excelência, no âmbito dos estudos da sociologia dos grupos políticos. Em suma, trata-se de verificar as várias tendências teóricas (unidade das elites, elitismo democrático, circulação das elites, dentre outros) que têm como foco o estudo dos grupos que lutam para ocupar as posições mais decisivas, aquelas que definem os rumos de vastos segmentos da coletividade.

Quando voltamo-nos para o plano empírico e analisamos os perfis dos alunos das universidades públicas, os critérios são extraídos das teorias de estratificação social, operacionalizadas em termos de “classes econômicas” utilizadas nas pesquisas do mercado publicitário para avaliar o poder de consumo da população⁵. A dificuldade existente é que ocorre uma equiparação – feita pelos defensores da tese da elitização econômica - entre camadas médias⁶ e elite econômica.

A questão que se impõe é: todo aluno ou a maioria se enquadra na tão propalada elite econômica brasileira? Ou melhor, antes, o que é, quem faz parte de tal camada social? Para percorrer tal questão é preciso discutir o que é comumente entendido por elite no quadro das ciências sociais. Travis Jr (1986, p. 389) define-a nos seguintes termos “... Elite, em sua significação mais geral, denota um grupo de pessoas que, numa sociedade qualquer, ocupam posições eminentes. Mais especificamente, designa um grupo de pessoas eminentes num determinado campo – principalmente a minoria governante”.

No quadro das ciências humanas, foi Vilfredo Pareto que disseminou tal termo, dando duas significações ao conceito de elite

⁵ O sistema CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA BRASIL estima o poder de compra das pessoas e famílias urbanas mediante sistema de pontuação baseado na posse de itens de conforto familiar (televisão, rádio, banheiro, automóvel, aspirador de pó, máquina de lavar, videocassete e/ou DVD, geladeira, freezer, empregada mensalista) e no grau de instrução do chefe de família (analfabeto, primário, ginásial, colegial, superior). Após o cômputo dos pontos tem-se a seguinte **renda média familiar** de acordo com as “classes” econômicas: **A1 (R\$ 7. 793); A2 (R\$ 4. 648); B1 (R\$ 2. 804); B2 (R\$ 1. 669); C (R\$ 927); D (R\$ 424); E (R\$ 207)**. É importante saber os critérios e o funcionamento desta classificação, já que as pesquisas existentes sobre perfis de alunos no Brasil utilizam-na como parâmetro.

⁶ A discussão sobre as classes ou camadas médias é extremamente complexa e polêmica nas ciências sociais devido à dificuldade empírica de delimitação das mesmas bem como a multiplicidade de aportes teórico-metodológicos existentes, marcadamente em disputa constante. Adiante retornaremos à mesma, pois o perfil dos alunos das públicas, à luz de pesquisas feitas, aproxima-se da heterogeneidade encontrada em tais camadas no Brasil.

... Pareto define a elite ou as elites de duas maneiras distintas, mas complementares. De acordo com a primeira, a elite é uma categoria social composta por **indivíduos com a reputação mais elevada em seu ramo de atividade. São, por exemplo, os homens de Estado, oficiais superiores, eruditos, artistas.** Esta definição objetiva e neutra, que sublinha a desigualdade entre os indivíduos, é abandonada em benefício de uma outra baseada na existência do poder. Neste caso, **a elite é formada pelos que exercem funções dirigentes, política ou socialmente.** [CHERKAOUI, 1995, p. 126] [grifo meu]

O que fica explícito aqui é a necessidade de cuidado ao usarmos o termo, em quaisquer dos domínios, sob pena de perder a precisão do seu significado. Em suma, não é todo indivíduo que pode ser qualificado como pertencente à elite, seja esta de qual tipo for. Depreende-se que são as pessoas que estão em posições decisivas.

Guardadas as peculiaridades da sociedade em estudo e do objetivo que tinha em vista - o tema da unidade entre as elites norte-americanas - acreditamos que Wright Mills trata com propriedade o assunto no âmbito sociológico

... A elite são os que ocupam os postos de comando nas chefias das principais instituições do país. Essas instituições incluem as grandes corporações de negócios e os principais setores do governo federal – em particular o diretório político, a burocracia executiva e o establishment militar. (...) **Afinal, o que significa ser rico? Significa deter direitos sobre instituições produtivas. O verdadeiro ‘dinheiro grosso’ jamais vem do salário.** É impossível examinar em profundidade ‘os muitos ricos’ sem analisar também a corporação moderna. Praticamente todas as famílias muito ricas estiveram ou ainda estão intimamente ligadas, sempre legalmente e, muitas vezes, também empresarialmente, a uma ou outra das cem ou duzentas maiores corporações

(...) **As classes superiores** são, entre outras coisas, um conjunto de círculos superiores cujos membros foram selecionados, treinados e atestados. E esses círculos envolvem definitivamente o acesso aos níveis superiores das principais hierarquias institucionais da sociedade moderna.(MILLS, 1985, p. 64-69) [grifo meu]

Sampaio, Limongi e Torres (2000, p.7-8; p. 29-41) fizeram pesquisa sobre os formandos de 13 áreas de graduação que realizaram, em 1999, o Exame Nacional de Cursos – antigo Provão. Ao todo foram avaliados 2.151 cursos compreendendo cerca de 146 mil formandos. Cruzando uma multiplicidade de variáveis⁷, os resultados nos

⁷ As variáveis foram: curso de graduação; dependência administrativa da instituição (pública/privada); natureza institucional (universidade ou não universidade); região geográfica; estado da federação/capital/interior; turno predominante do curso (integral, diurno, noturno); nota individual obtida na Prova Geral; ano de nascimento/idade; cor; sexo; estado civil; situação de moradia durante o curso; renda mensal familiar; escolaridade dos pais; atividade remunerada e carga horária; tipo de escola em que

mostram uma realidade bem diferente daquela geralmente retratada sobre o tema da elitização econômica das universidades públicas

... constata-se que são as universidades públicas que mais formam estudantes negros ou pardos (20,1%). Já nas universidades privadas, o percentual de formandos negros e pardos é da ordem de 12%. (...) constata-se que as instituições públicas estão sobre-representadas nos grupos de renda mais baixa, no grupo de formandos com renda de 0 a 3 salários mínimos a proporção de originários de instituições públicas é de 49,7% (...) no grupo de formandos de renda de 50 salários mínimos e mais, os originários de instituições privadas são de 75,7% (...) isso mostra a existência de maior permeabilidade nos estabelecimentos públicos aos estudantes de origem mais pobre (...) essa permeabilidade não se restringe a determinados cursos ou carreiras, mas é geral a todos os cursos oferecidos pelo setor público.

Ao apresentar tais dados, os autores contestam a tese do elitismo ao pensá-lo em registro distinto, vislumbrando outro sentido para o termo ao discordar da imagem de que somente aqueles que possuem renda familiar elevada conseguem ingresso nas universidades públicas. Elite passa a significar cursos altamente seletivos e que formam profissionais destacados no mercado de trabalho. Ou seja, embora a renda exerça influência, ela não é variável única para qualificação dos alunos entre os diversos cursos.

... considerações correntes sobre o suposto elitismo socioeconômico e cultural dos estudantes de universidades públicas não se sustentam à luz dos dados de renda familiar dos formandos que realizaram o Provão em 1999. Apesar de o acesso ao ensino superior no Brasil ser, de fato, restrito a parcelas muito específicas de jovens (...) isto não permite concluir que, se considerando a renda familiar dos alunos, o ensino superior público seja mais seletivo e restritivo que o privado. Na realidade, o debate sobre a ‘elitização’ do ensino superior no Brasil parece confundir duas ordens de problemas: rendimento escolar (desempenho em avaliações formais) e renda média familiar (em termos monetários) dos estudantes. **Ensino superior de ‘elite’, isto é, de qualidade superior, não necessariamente significa ensino superior para e dos mais ricos**

... os dados conduzem a concluir que melhores alunos ingressam nas universidades públicas e nelas recebem uma formação superior à formação obtida nos demais estabelecimentos. Nestes termos, parece razoável afirmar que as universidades públicas atendem à elite dos estudantes do país ao tempo que formam sua elite profissional. Não se segue daí **a inferência que apenas jovens provenientes das camadas socioeconômicas mais elevadas tenham acesso às universidades públicas; que estes jovens constituam sua clientela exclusiva**; tampouco pode-se inferir que compete às instituições de ensino superior privadas atender preferencialmente à demanda de ensino superior oriunda dos segmentos mais pobres da população (SAMPAIO; LIMONGI; TORRES, 2000, p. 41; 51) [grifo nosso]

Perfis dos alunos das universidades públicas brasileiras

Cabe verificar as pesquisas existentes no Brasil sobre o perfil dos alunos das universidades. Acreditamos que a análise dos mesmos seja importante para não ficarmos presos a especulações ou suposições sem base nas evidências empíricas existentes.

Iniciemos pelas federais O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis realizou duas pesquisas procurando traçar o perfil dos alunos. A primeira foi realizada em 1997 envolvendo um conjunto de 327. 660 alunos. Os resultados da classificação socioeconômica aferida pelo critério Abipeme⁸ demonstraram a preponderância de alunos oriundos das camadas sociais intermediárias, com a seguinte divisão e respectivos percentuais: A (12,61%); B (43,11%); C (30,54%); D (10,50%) e E (3,25%). Recentemente saiu a segunda pesquisa. Tendo como base uma amostra de 33.958 estudantes matriculados no segundo semestre de 2003 e primeiro de 2004, foram encontrados os seguintes dados: 84,5% deles têm renda familiar de até R\$

⁸ Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado. Hoje, denomina-se Critério Brasil. Houve uma mudança em termos das “classes” econômicas. Foram acrescentadas, atualmente, duas subdivisões na classe A (A1,A2) e B (B1,B2). Porém, a base para classificar permanece a mesma: itens de conforto familiar e escolaridade do chefe de família. Para uma descrição detalhada das variáveis utilizadas e das faixas de renda ver acima a nota 5.

2.804; 65% dos estudantes são de famílias com renda média mensal entre R\$ 207 e R\$ 1.600, sendo que 42,8% têm renda familiar de até R\$ 927. (FONAPRACE,1997; GUEDES, 2005)

Outra pesquisa disponível sobre o conjunto das universidades federais foi realizada com os formandos que prestaram o Exame Nacional de Cursos

... Pesquisa feita em 2000 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), com base no questionário socioeconômico do provão [Exame Nacional de Cursos], mostra que apenas 24,4% dos formandos das federais têm renda mensal familiar superior a R\$ 3.021. Só 5,7 % deles integram famílias com renda superior a R\$ 7.550. A maioria dos pesquisados vem de famílias com renda mensal inferior a R\$ 3.020, e nada menos que 43,2% deles têm renda familiar de menos de R\$ 1.510. (GOIS, 2001, C-1)

Ferreira (1999) realizou estudo das respostas dos vestibulandos da UFRJ⁹ ao questionário sociocultural aplicado no momento de inscrição no vestibular de 1993. Foram analisados 38.682 candidatos. Utilizou-se como teste de hipótese um modelo de regressão múltipla logística tendo em vista verificar os determinantes de aprovação no vestibular de quatro conjuntos de variáveis independentes: propensão ao trabalho, consumo familiar, consumo cultural e origem socioeconômica e ocupacional. Os resultados são os seguintes

... o perfil socioeconômico e cultural dos vestibulandos como um todo não é muito diferente dos aprovados no vestibular da UFRJ: classe média, com bons níveis de escolaridade, renda e razoável acúmulo de capital cultural (...) o próprio perfil socioeconômico dos vestibulandos **não apresenta características populares, como também não contém nenhum indicativo de que o candidato à UFRJ é um estudante de elevado estrato social**

... a análise dos modelos de regressão múltipla logística (...) revela fracos coeficientes em algumas variáveis independentes de origem socioeconômica e de consumo cultural. **A análise dos dados não corrobora a idéia de uma seleção social 'elitista'** na referida instituição, quando controlamos a modelagem estatística analisada pela competitividade (relação candidato/vaga) dos cursos. Conclui-se que os percentuais das características socioeconômicas e culturais dos aprovados do vestibular mostram um corpo discente de classe média, e não de elevada origem social (p. 54, 56; 59) [grifo meu]

⁹ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As universidades públicas estaduais paulistas são também alvos prediletos da tese do elitismo econômico. Tendo como objetivo verificar o grau de “elitização” da Unesp (Universidade Estadual Paulista), mediante dados dos questionários sócio-econômicos preenchidos pelos candidatos no vestibular de 1993, Santos (1997) encontrou os seguintes resultados

... Na pesquisa realizada abordando o perfil sócio-econômico dos inscritos e dos matriculados pela VUNESP/93 [Fundação para o Vestibular da Unesp] observamos, de forma geral, a predominância de ingressantes que não podiam ser considerados como pertencentes à elite. 47 % dos inscritos e 56% dos matriculados eram procedentes de famílias com renda mensal de, no máximo, 10 salários mínimos (...) Na análise área por área (...) em todas as áreas as maiores porcentagens de inscritos por faixa encontrava-se entre 5 e 10 salários mínimos (29% em Biológicas, 33 % em Exatas e 31% em Humanidades)

... a porcentagem de matriculados com renda inferior a 10 salários mínimos – população de baixa renda e a classe média baixa (56 %), é maior que a porcentagem dos matriculados com renda superior a 10 salários mínimos (43%), estando aí incluídos jovens da classe média e classe alta (...) o problema da elitização merece ser redefinido, pois dentro da ‘elite’ encontram-se jovens com diferentes perfis sócio-econômicos, desde representantes da ‘pauperizada’ classe média brasileira (com uma renda mensal entre 10 e 15 salários mínimos) até aqueles considerados ‘ricos’ (cuja renda familiar ultrapassa os 30 salários mínimos) (p. 238; 240; 251)

Tendo como base a classificação sobre renda elaborada pela Pró-Reitoria de Graduação da Unicamp¹⁰, Ghisolfi (2000) analisou o perfil dos estudantes matriculados em 1994 e 1999. Os percentuais obtidos para cada categoria foram os seguintes: a classe baixa correspondia a 36,5% em 1994 e 21% em 1999; a classe média baixa 34,6% em 1994 e 28% em 1999; a classe média-média a 11,5% em 1994 e 16,3% em 1999; a classe média-alta a 6,7% em 1994 e 14% em 1999 e, por fim, a classe alta tinha o percentual de 7,5% em 1994 e 18% em 1999. Em seu trabalho procurou-se verificar a procedência da tese do “Robin Hood às avessas” atribuída às universidades públicas - uma outra denominação da tese do elitismo econômico. Apesar das hierarquias das carreiras existentes - a autora aponta que há uma divisão; os estudantes de famílias de classe média alta e classe alta estão, em sua maioria, nos cursos de Medicina, Odontologia, Engenharias e Economia e os estudantes dos cursos de Matemática noturno, Pedagogia e Letras noturno são das classes média-baixa e baixa – essa tese não foi comprovada.

¹⁰ Os critérios são os seguintes. Divide-se a renda familiar em cinco categorias: renda familiar entre 01 e 10 salários mínimos (classe baixa); entre 10 e 20 salários mínimos (classe média-baixa); entre 20 e 30 salários mínimos (classe média-média); entre 30 e 40 salários mínimos (classe média-alta) e acima de 40 salários mínimos (classe alta).

Pinho (1998; 2000) procurando verificar a probabilidade de ingresso na USP¹¹, dividiu as carreiras em dois subgrupos, marcados em grande parte por traços gerais bastante comuns. Parte o autor da premissa que não devemos analisar os dados globais, pois isso diluiria as grandes diferenças entre os diversos cursos oferecidos. Um subgrupo A, formado pelas carreiras de Medicina, Direito e Engenharia, caracteriza-se pela elevada concorrência, reduzida probabilidade de ingresso e média geral¹² superior à média geral da Universidade. Por outro lado, o subgrupo B, constituído pelas cinco carreiras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História e Letras) e os bacharelados em Física, com características opostas às mencionadas. O perfil demonstra uma “típica amostragem de classe média com uma importante presença de estudantes provenientes de famílias de, pelo menos, classe média alta, especialmente entre os ingressantes do grupo A”, embora, no subgrupo B, o autor aponte uma maior heterogeneidade entre os estudantes (Pinho, 1998, p. 11; 2000, p. 8)

Setton (1999), baseando-se em Pierre Bourdieu, empreendeu pesquisa procurando verificar uma divisão entre os cursos da área de Humanidades na USP. Após correlacionar indicadores de origem social – renda familiar, ocupação e instrução paterna, conhecimento de idiomas estrangeiros – com indicadores temporais – idade, ano de conclusão do ensino médio e período do curso – a autora chegou à classificação dos cursos. Há os seletos, marcados por altos índices em termos de volume e composição dos três tipos de capitais (econômico, cultural e social), que englobam Direito, Administração, Arquitetura, Rádio e TV, Editoração e Relações Públicas. Em contraposição, os populares que direcionam seus egressos a carreiras com baixas expectativas de ganho financeiro e prestígio seriam Pedagogia, Biblioteconomia, Letras, Geografia, Filosofia, História e Ciências Sociais. Entre ambos, figuram os ditos intermediários, mantendo níveis medianos nos indicadores aludidos. Dentre alguns dos pontos conclusivos de sua investigação temos “... os dados desta pesquisa nos instigam

¹¹ Em perspectiva histórica, existem várias pesquisas sobre o perfil dos alunos da USP: Hutchinson (1960); Foracchi (1962); Hirano (1988); Naeg (1993). Cabe ressaltar que tais pesquisas chegam a conclusões bem próximas entre elas no que diz respeito ao perfil socioeconômico dos estudantes da USP: predominância de um público típico de “classe média”, esta composta por intensas clivagens, onde os segmentos mais privilegiados de tal camada estão sobre-representados nos cursos mais disputados.

¹² O critério utilizado na caracterização de cada carreira foi um desvio percentual (D) de seu índice de acerto médio em relação ao índice de acerto médio da totalidade dos matriculados. Se, numa carreira, D é um número positivo, isto indica que a carreira em questão recebeu candidatos cujo desempenho médio é superior ao da geral. Se D é negativo, temos candidatos cujo desempenho médio é inferior ao da média geral. No subgrupo A temos D +26,26 e no subgrupo B temos D – 15,8.

a reconsiderar a simplificação de que a Universidade de São Paulo é privilégio de uma elite; e nos forçam a indagar se ela está atenta aos impedimentos de um melhor aproveitamento de seus cursos pelos estudantes de origem mais simples” (SETTON, 1999, p. 469)

Em matéria bem recente, o jornal Folha de São Paulo lançou um caderno especial mostrando os 16 “colégios de elite”, aqueles responsáveis pela formação dos alunos que conquistam as vagas nos cursos mais disputados da USP. Em sua última página, a qual descreve o perfil do aluno, o título diz que o “Olimpo da USP é masculino, branco e muito rico”, com destaque na palavra rico. Ao olharmos a tabela com o perfil dos entrevistados, sobretudo no critério renda¹³ - curioso que não há na matéria a descrição de todas as faixas de renda para critério comparativo – constatamos que a concentração maior encontra-se na faixa A2 com 40 pessoas e B1 com 25 pessoas. Como o Datafolha não detalhou, é preciso dizer. A2 corresponde a R\$ 4.648,00 e B1 a R\$ 2.804,00. Esses são os **muito ricos** da USP que nos deixa estupefatos.

A Tabela 1 mostra a renda familiar média dos cursos da USP¹⁴. Selecionamos os dez cursos com as maiores rendas e os dez com as rendas mais baixas. Isso traduz as sistematizações feitas anteriormente de que a USP não está aberta às camadas carentes ou de baixa renda nem tampouco é exclusiva da elite econômica, tendo um público de classe média com intensas variações. Há uma divisão bastante nítida onde os cursos mais disputados, em geral, apresentam um público composto por aquilo que denominamos segmento médio e alto da classe média. Por outro lado, no extremo oposto, naqueles com relativa baixa concorrência, estão alocados estratos considerados da “baixa classe média”.

¹³ A renda foi calculada conforme o Critério Brasil. Ver a nota 5.

¹⁴ No ano de 2003, a renda média geral da USP – considerando todas as carreiras – foi R\$ 3.759,22.

Tabela 1 – Ingressantes em 2003 por renda familiar média

Curso	Renda Familiar
FEA - Bacharelado em Administração - Diurno	R\$ 5.824,74
FEA - Bacharelado em Ciências Econômicas - Matutino	R\$ 5.715,52
FD - Direito - Núcleo Geral - Matutino	R\$ 5.571,10
ECA - Curso Superior do Audiovisual - Diurno	R\$ 5.330,88
FM - Medicina – Integral	R\$ 5.307,47
IP - Psicologia - Bacharelado - Integral	R\$ 5.303,57
EESC - Engenharia de Produção Mecânica - Integral	R\$ 5.300,00
ECA - Jornalismo - Matutino	R\$ 5.100,00
FAU - Arquitetura e Urbanismo - Integral	R\$ 4.974,32
EP - Engenharia - Ciclo Básico - Integral	R\$ 4.961,56
ECA – Música - Ciclo Básico - Ribeirão Preto - Diurno	R\$ 2.156,25
EE - Enfermagem - Integral	R\$ 2.143,75
IFSC - Bacharelado em Física - São Carlos - Integral	R\$ 2.134,62
FFCLRP - Bacharelado em Química - Noturno	R\$ 2.131,25
EERP - Enfermagem - Integral	R\$ 2.009,49
ECA - Biblioteconomia – Noturno	R\$ 2.000,00
ICMC - Matemática - Núcleo Geral – Integral	R\$ 1.916,67
FFCLRP - Pedagogia - Noturno	R\$ 1.882,65
FFCLRP- Bach. em Ciências da Informação e da Documentação – Noturno	R\$ 1.814,10
Interunidades - Licenciatura em Ciências Exatas - Núcleo Geral – Noturno	R\$ 1.382,65

Fonte: Equipe NAEG / Pró-Reitoria de Graduação / USP Júpiter / Fuvest

A discussão sobre classe média é infundável, pois figura no debate polêmico entre teoria das classes sociais e teorias da estratificação social. Sobre isso há uma literatura vastíssima, como indica alguns autores que tomaram tal categoria para estudo. Bonelli (1989, p. 14-15) entende que

... A complexidade desse tema e a conseqüente dificuldade da sociologia em conceituar aqueles que se encontram entre os poucos que estão acima e os muitos que estão abaixo é pública e notória. Dependendo do critério utilizado pelo pesquisador para o estudo da diferenciação social, temos uma ou várias classes médias, como também temos grupos de indivíduos sendo incluídos ou excluídos dela (s) (...) No que se refere às posições intermediárias da estrutura social, a sua complexidade e heterogeneidade interna estimulam a discussão e a polêmica no meio acadêmico

Cabe um breve percurso sobre tal temática da classe/camada média. Basicamente, Marx é o divisor de águas. É a ele e aos que continuaram desenvolvendo trabalho e pesquisas dentro de seu instrumental¹⁵ que a interlocução “azeda” se põe. Marx não apresenta um estudo sistemático sobre as classes sociais. Há uma desigualdade de tratamento ao longo dos seus textos em que aparece o termo classe. Porém, o que prosperou foi sua visão dicotômica – não há melhor ilustração do que o Manifesto do Partido Comunista - da polarização e luta iminente entre uma minoria rica de burgueses e um contingente pauperizado de proletários.

O desenvolvimento do capitalismo no século XX trouxe novas condições que acabaram evidenciando a não verificação da polarização vista por Marx e é precisamente aqui que entra a discussão da “classe média”. Essas novas condições foram expressas na diminuição do operariado industrial e no surgimento e crescimento de camadas intermediárias que passaram a absorver funções administrativas dentro das empresas¹⁶. Há, enfim, um consenso que devido a grande heterogeneidade dessa

¹⁵ Com as diversas variações de praxe entre os autores e correntes. Dos ditos marxistas analíticos como Eric O. Wright e suas “localizações contraditórias de classe”, Adam Przeworsky, e John Roemer e sua teoria geral de exploração. Passando pelos estruturalistas como Louis Althusser e Nicos Poulantzas, bem como a crítica a estes últimos feita por E. P. Thompson (1970), onde desenvolve de forma original como pensar a categoria classe dentro do pensamento marxiano sem cair nas tentações mecanicistas que muitos o colocaram.

¹⁶ Segundo estudiosos, o pioneiro a contrapor a tese da polarização burguesia x proletariado foi E. Bernstein em livro intitulado “Os pressupostos do socialismo”. Ao longo da segunda metade do século XX vários estudos clássicos foram realizados sobre o assunto. O maior deles, sem dúvida, é *White Collar* (1951) de C. Wright Mills por seu estudo completo das características dessas novas camadas. Outros esforços de indicar o surgimento de novos atores foram J. Burnham em *Managerial Revolution* (1941), J. K. Galbraith em *The New Industrial State* (1967) e Anthony Giddens em *The Class Structure of the Advanced Societies* (1975).

categoria, independente do quadro teórico, o plural se impõe. Assim, temos classes médias, grupos médios, camadas médias, estratos médios, segmentos médios e assim por diante.

Quando percorremos tais discussões, acreditamos que Pierre Bourdieu¹⁷ avança em termos das perspectivas apresentadas pelos clássicos da sociologia. Ao construir seus principais conceitos possibilita alternativas plausíveis – sobretudo para os estudos da educação – às teorias de classe que valorizam essencialmente a dimensão econômica – e aqui, apesar das diferenças, há também muita similitude entre Marx e Weber¹⁸. Há um refinamento das categorias dos pensadores clássicos da sociologia com os seus conceitos de tipos de capitais, *habitus* e campo.

Ao contrapor a tese da “elitização econômica”, não estamos desprezando a eventual existência de indivíduos nesse patamar presentes na universidade pública brasileira¹⁹ e, sim, salientando que não podemos generalizar – o que é feito sutilmente em alguns trechos inicialmente citados – para o conjunto dos alunos, até mesmo para aqueles que estão em condições socioeconômicas mais favoráveis²⁰. O argumento é que não podemos pensar o termo elite como substantivo – “a elite” – quando analisamos o perfil dos alunos do ensino superior público brasileiro, a não ser que precisemos historicamente tal fato. Até 1930, no Brasil, o acesso ao nível superior era restrito aos indivíduos das camadas mais altas. Nos dias atuais, apesar das várias hierarquias e desigualdades presentes no sistema de ensino superior, outros atores sociais entraram em cena e disputam tal espaço.²¹

Se a visão de que somente os “filhos da elite econômica” frequentam a universidade pública não encontra respaldo quando analisamos as evidências empíricas, tampouco podemos afirmar que o espaço universitário no Brasil encontra-se aberto às camadas ditas menos favorecidas, carentes, pobres ou excluídas como atualmente vem

¹⁷ Uma discussão aprofundada de sua “teoria das classes sociais” encontra-se em Bourdieu (1988).

¹⁸ Lembremos que é na dimensão econômica que Weber considera a existência de classe – no mercado, para diferenciar da dimensão política e do *status* ligado à posição social ou estamento no vocabulário weberiano.

¹⁹ Os que existem, provavelmente, estão alocados nos cursos de maior concorrência.

²⁰ A rigor, elite econômica no Brasil, os muitos ricos mesmo, são empresários de médio e grande porte, acionistas de peso, credores da dívida pública brasileira, rentistas, executivos de grande e médio porte, dentre outras categorias que poderíamos aqui listar. Interessante que sobre esses, não há muita discussão quando pensamos o ensino superior brasileiro. Muitos deles, sobretudo o maior industrial do país, em sua coluna dominical num grande jornal paulista, defende o ensino pago nas públicas, pois lá estão “os filhos da elite”.

²¹ Sobre a entrada da “classe média” num reduto antes exclusivo da elite, consultar Fernandes (1975).

se denominando. Claramente, não impera uma convivência harmoniosa entre as diversas camadas sociais. Porém, está muito longe da tão propagada panacéia do elitismo econômico.

O grande desafio para os pesquisadores é como pensar os processos educacionais – onde alguns segmentos das “classes médias”, sem dúvida, são privilegiados nas disputas no terreno educacional devido às intensas disparidades de recursos materiais e simbólicos existentes entre os grupos sociais brasileiros – sem cair numa discussão, a nosso ver inadequada, da elitização econômica como eixo explicativo dos que freqüentam o ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONELLI, Maria da Gloria. **A Classe Média do “Milagre” à Recessão**. São Paulo: Idesp, 1989, p. 14-17.

BOURDIEU, P. (1979). **La distincion**: criterios y bases sociales del gusto. Madrid: Taurus, 1988.

BURNHAM, J. **Managerial Revolution**. New York: The John Day Co., 1941.

CAMARGO, José Marcio e FERMAN, Bruno. Cotas e desigualdade. São Paulo, **Folha de São Paulo**, 22 jun. 2004.

CHERKAOUI, Mohamed. Estratificação. In: BOUDON, Raymond (org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 107-165.

CORREIA, Davi. Por uma universidade pública, paga e de qualidade. **Ciência Hoje**, Vol. 37, nº 218, p. 60-62.

FERNANDES, Florestan. Distribuição das Oportunidades Educacionais no Ensino Superior. In: **Universidade Brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 129-136.

FERREIRA, Marcelo Costa. Seleção social e o ensino superior das desigualdades: os determinantes da aprovação no vestibular da UFRJ-1993. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, Vol. 80, n. 194, jan./abr. 1999, p. 53-70.

FORACCHI, M. M. O estudante universitário: resultados iniciais de uma investigação sociológica. In: **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Hucitec, p. 64-82.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior**. Belo Horizonte: FONAPRACE, Relatório Preliminar. Estudo coordenado por Carlos José Lima.

GHISOLFI, Juliana da Costa. **Ensino Superior no Brasil: qual o sentido?** Relatório parcial de atividades – Iniciação Científica. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política – Unicamp, jul. 2000.

GIDDENS, A. **The Class Structure of the Advanced Societies**. New York: Harper, 1975.

GOIS, A. Estudantes com renda alta são minoria. São Paulo, **Folha de São Paulo**, 28 out. 2001, p. C-1.

GUEDES, Gilse. 42,8 % dos alunos das federais são de classes baixas. São Paulo, **O Estado de São Paulo**, 15 mar. 2005, p. A-18.

GRYNSZPAN, Mario. A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada. **BIB**, Rio de Janeiro, nº 41, 1996, p. 35-83.

HIRANO, Sedi et al. **A universidade e a identidade da condição estudantil**: um estudo sobre a situação sócio-econômica, níveis de saúde e modo de vida dos estudantes da USP. São Paulo: CAJU-COSEAS/USP, 1988.

HUTCHINSON, Bertram. A Origem Sócio-Econômica dos Estudantes Universitários. In: **Mobilidade e Trabalho**. Rio de Janeiro: Inep, 1960, p. 139-155.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. **Desenvolvimento com justiça social**: esboço de uma agenda integrada para o Brasil. Rio de Janeiro: 2001 (Policy Paper nº 1)

LEITÃO, Miriam. Cristovam acertou sobre a universidade. São Paulo, **Diário de São Paulo**, 14 set. 2003, p. B-4.

MILLS, C. W. **White Collar**. New York: Oxford University Press, 1951.

_____. A elite do poder: militar, econômica e política. In: **Wright Mills**: sociologia. Coletânea organizada por Heloísa Rodrigues Fernandes. São Paulo: Ática, 1985, p. 62-80.

NAEG - Núcleo de Apoio aos Estudos da Graduação. Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo. **Observações sobre o Projeto Tempo Zero 1991-1993**. São Paulo: Naeg/USP, 1993.

NA universidade pública, maioria tem renda familiar até R\$ 2,4 mil. São Paulo, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 dez. 2003.

OLIMPO da USP é masculino, branco e muito rico, diz pesquisa. São Paulo, **Folha de São Paulo**, Especial Colégios, 29 abr. 2005.

PARTICULAR concentra os mais ricos. São Paulo, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08. set. 2003, p. C-4.

PINHO, A. G. **Algumas características acadêmicas e socioeconômicas dos ingressantes na Universidade de São Paulo**. 1998. (mimeo)

_____. **Reflexões sobre o papel do concurso vestibular para as universidades públicas**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2000.

SAMPAIO, H.; LIMONGI, F. ; TORRES, H. **Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

SANTOS, C. M. A aparente responsabilidade do vestibular na elitização da universidade pública: uma análise dos dados da Universidade Estadual Paulista – Vunesp/1993. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, Vol. 15, jan./jul., 1997, p. 227-254.

SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. RJ: Nova Fronteira, 2005.

SETTON, M.G. A divisão interna do campo universitário: uma tentativa de classificação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 80, n. 196, p. 451-471, set./dez. 1999.

THOMPSON. E. P. Eighteen-Century English Society: Class Struggle without Class? **Social History**, III, nº 2, may 1970.

TRAVIS JR., Martin B. Elite. In: **Dicionário de Ciências Sociais**. Coordenação Benedito Silva. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 389.